

PARTIDO REPUBLICANO FEDERAL (PRF)

Partido político de âmbito nacional, inicialmente chamado Partido Republicano Constitucional (PRC), fundado no Rio de Janeiro em julho de 1893, em reunião convocada pelo deputado Francisco Glicério e o senador Aristides Lobo, ambos membros do Partido Republicano Paulista (PRP). Da reunião de fundação, presidida por Saldanha Marinho, participaram numerosos parlamentares, como, entre outros, Quintino Bocaiúva, Prudente de Moraes, Manuel Vitorino e Júlio Mesquita. A intenção de Francisco Glicério era fundar uma agremiação de âmbito nacional, coesa e disciplinada, que respeitasse e defendesse a Constituição da República e, dessa forma, suprisse a falta de um núcleo político de sustentação do novo regime e contivesse a ameaça de implantação do parlamentarismo ou de retorno ao regime monárquico. O projeto não foi adiante, e o PRF desapareceu em 1897.

PROJETO E ATUAÇÃO

O antigo Partido Republicano, organizado nas últimas décadas do Segundo Reinado por políticos descontentes com os liberais e os conservadores e com os regimes monárquico e parlamentar, encontrava-se praticamente desagregado após a proclamação da República. Em virtude da falta de concentração em torno do Partido Republicano histórico e da dificuldade de aglutinação de forças, quer na Câmara dos Deputados, quer no Senado, os partidos regionais, tais como PRP e o Partido Republicano Mineiro (PRM), passaram a dirigir os destinos políticos da nação, através de seus representantes no Congresso e da ocupação de cargos na direção da República. A soma de todos esses fatores resultou na tentativa de organização de um novo partido de âmbito nacional, que reunisse todos os republicanos do país em defesa do regime estabelecido a 15 de novembro de 1889 e que se buscou consolidar com a Constituição de 1891.

O tema central nas discussões entre os organizadores do novo partido era se a agremiação deveria “ser ou não ser” um partido conservador. No decurso de tempo entre as primeiras propostas apresentadas e a votação dos estados formaram-se alas que, aos poucos,

consideraram que a denominação mais adequada para a nova agremiação seria Partido Republicano Federal, a qual acentuaria a “índole eminentemente conservadora” do partido político que se formava. Outra questão predominante nas discussões dos organizadores do partido era a defesa da Constituição de 1891 e do princípio republicano federativo. Entretanto, o fator mais prático e premente que levou aquele grupo de políticos a se reunir para a fundação de um novo partido foi a proximidade do primeiro pleito eleitoral direto da República, a ser realizado em 1º de março de 1894, para a escolha do sucessor de Floriano Peixoto.

Havia muita divergência entre os organizadores do PRF, que congregava sob a mesma bandeira elementos de formação bastante diversa e posições políticas antagônicas. Liberais, conservadores, republicanos históricos, republicanos adventícios e homens que até então não tinham qualquer preocupação partidária passaram a se congregar sob o novo partido nacional. As bases estatutárias do PRF foram estabelecidas no sentido de dar grande autonomia aos estados e municípios, para que estes organizassem livremente suas convenções ou diretórios locais, incumbidos de escolher representantes para a grande convenção do partido. Além disso, o estatuto do partido colocava a necessidade da convocação de uma convenção provisória, com o fim de indicar os candidatos à próxima eleição presidencial.

Conforme a ata de fundação do partido, o programa a ser executado continha basicamente cinco itens: a defesa da Constituição de 24 de fevereiro de 1891; a luta pelo respeito à liberdade eleitoral e pela difusão do ensino popular; a afirmação da autonomia dos estados; o reerguimento do crédito público; a colaboração irrestrita na prática de todas as liberdades constitucionais. Após a discussão dos itens componentes do programa e sua aprovação, estava portanto organizado um novo partido político que pretendia ser o primeiro a ter força e disciplina para atuar em âmbito nacional, reunindo os partidos locais, já organizados ou ainda por organizar, e membros das mais diversas tendências e interesses políticos, oriundos de diferentes partes do Brasil.

Após a fundação do partido, era necessário fazê-lo atuante dentro da esfera política

nacional e, para isso, era preciso arregimentar forças no sentido de consolidá-lo, com a indicação de nomes importantes da política brasileira como seus representantes nas eleições presidenciais. Em 25 de dezembro de 1893 reuniu-se assim a convenção do partido, sob a presidência de Francisco Glicério, e procedeu-se à votação para escolha dos candidatos à presidência e à vice-presidência da República. Apurados os resultados, Prudente de Moraes foi proclamado candidato à presidência por unanimidade, enquanto que, para o cargo de vice-presidente, nenhum candidato conseguiu obter a maioria absoluta dos votos. Após nova votação, o escolhido foi Manuel Vitorino.

Na mesma ocasião, foi realizada a votação para compor a comissão executiva provisória do PRF, na qual os mais votados foram Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Aristides Lobo, Nina Ribeiro, Artur Rios e João Cordeiro. Depois de fundamentada, organizada e regulamentada através da convenção, a comissão executiva do PRF passou a atuar e a desenvolver atividades em todo o território nacional, a fim de arregimentar forças para a concretização de seu objetivo mais próximo e premente: a eleição de Prudente de Moraes. A movimentação foi intensa e extensiva, e quase todos os estados declararam os candidatos indicados pela convenção do PRF como seus candidatos, embora alguns o tenham feito apenas às vésperas da eleição.

Apesar de o novo partido defender a necessidade de compor as forças políticas em âmbito nacional, a oposição sempre esteve presente em sua trajetória, e os partidos regionais, em muitos momentos, continuaram agindo independentemente. Os líderes do PRF não lograram, na sua tentativa de organização partidária, atingir efetivamente os estados da Federação a ponto de absorver as agremiações locais, a fim de que se tornassem seções regionais do partido. Ao contrário, a comissão executiva provisória do PRF baixou instruções que se, de um lado, buscavam garantir a coesão e a disciplina partidária através de uma coordenação central forte, de outro, facilitavam aos grupos locais o controle da vida política em seus domínios. As concessões ao “localismo” eram imprescindíveis, pois garantiriam o apoio das direções locais ao PRF. Com essa estratégia, a cúpula partidária conseguiu uma relativa integração nacional do partido e buscou alcançar sua definitiva

consolidação.

Em março de 1894, o PRF obteve vitória maciça com seus candidatos à presidência e vice-presidência da República, respectivamente Prudente de Moraes e Manuel Vitorino.

Embora a participação dos integrantes do partido se fizesse presente em quase tudo o que se passava no país durante os primeiros tempos de sua fundação, o PRF, após a eleição presidencial de 1894, deixou de ter a trajetória ascendente que tivera até então. Em 1895, muitas controvérsias, decorrentes da heterogeneidade de tendências políticas de seus membros, começaram a gerar os germes de cisões e dissidências dentro do partido, que se estenderam ao longo de 1896 e 1897.

Após ser eleito presidente, Prudente de Moraes continuou a atender aos pedidos e direcionamentos do líder do PRF, Francisco Glicério, mas nem sempre as representações estaduais dos PRs aceitavam voz de comando deste em nome do PRF, e isso fez com que as divergências dentro do partido e entre este e as agremiações locais se acentuassem cada vez mais. O fato de Prudente de Moraes continuar a se apoiar nas decisões de Glicério lhe rendeu críticas da opinião pública, que o considerava um joguete nas mãos do líder do PRF, e acabou por resultar no rompimento de suas relações com Glicério. A cisão ocorrida no seio da agremiação, na capital federal, repercutiu em todos, ou quase todos os estados. A partir de então, o PRF entrou em sua segunda fase de existência, a do declínio, até seu esfacelamento e desaparecimento definitivo, em 1897.

Adrianna Setemy

FONTES: CHACON, V. *História* (v. 5); WILTER, J. *Partido*.